Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 e parecer dos auditores independentes



Parecer dos auditores independentes

PricewaterhouseCoopers

www.pwc.com/br

Rua dos Inconfidentes, 1190 9° 30140-120 Belo Horizonte, MG - Brasil Caixa Postal 289 Telefone (31) 3269-1500 Fax (31) 3261-6950

Aos Administradores e Acionistas Ferrovia Centro-Atlântica S.A.

- Examinamos o balanço patrimonial da Ferrovia Centro-Atlântica S.A. e o balanço patrimonial consolidado da Ferrovia Centro-Atlântica S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2008 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto), dos fluxos de caixa e do valor adicionado da Ferrovia Centro-Atlântica S.A. e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ferrovia Centro-Atlântica S.A. e da Ferrovia Centro-Atlântica S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2008 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto), os fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações da Companhia referente ao exercício findo nessa data, bem como o resultado consolidado das operações e seus os fluxos consolidados de caixa e valores consolidados adicionados nas operações desse exercício, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



- Anteriormente, auditamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial da Ferrovia Centro-Atlântica S.A. e o balanço patrimonial consolidado da Ferrovia Centro-Atlântica S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2007, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e das origens e aplicações de recursos da Companhia e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado e das origens e aplicações de recursos do exercício findo nessa data, sobre as quais emitimos parecer, datado de 1° de fevereiro de 2008, sem ressalvas. Conforme mencionado na nota explicativa 2.1 às demonstrações financeiras, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1° de janeiro de 2008. Essas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras do exercício de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.
- As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado da controladora e do consolidado correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, preparadas em conexão com as demonstrações financeiras do exercício de 2008, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, essas demonstrações estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras mencionadas no quarto parágrafo, tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 11 de fevereiro de 2009

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5 "F" MG Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira Contador CRC 1RJ056588/O "S" MG

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro Em milhares de reais

	(Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado
	2008	2007	2008	2007		2008	2007	2008	2007
Ativo					Passivo e patrimônio liquido (passivo a descoberto)				
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	98.274	111.853	98.274	111.853	Fornecedores				
Contas a receber					Empresas ligadas (nota 10)	41.032	14.464	41.032	14.464
Empresas ligadas (nota 10)	24.540	19.260	24.540	19.260	Terceiros	30.886	38.617	30.886	38.617
Terceiros	45.025	48.439	45.025	48.439	Impostos, taxas e contribuições a recolher	12.700	10.175	12.700	10.175
Estoques (nota 4)	73.313	81.230	73.313	81.230	Salários e obrigações sociais	22.999	27.204	22.999	27.204
Tributos a recuperar (nota 5)	22.105	27.087	22.105	27.087	Arrendamento e concessões a pagar (nota 11)	31.135	27.186	31.135	27.186
Despesas de arrendamento pagas					Provisões Operacionais	7.799	10.940	7.799	10.940
antecipadamente (nota 11)	1.825	1.825	1.825	1.825	Outros	4.132	8.612	4.132	8.218
Outras despesas antecipadas	7.539	4.243	7.539	4.243					
Outros	16.280	17.541	16.280	17.541		150.683	137.198	150.683	136.804
					Não circulante				
No. of the Control of	288.901	311.478	288.901	311.478	Exigível a longo prazo Adiantamentos para futuro aumento de		101212012111		
Não circulante					capital (nota 10)	1.789.841	1.789.841	1.789.841	1.789.841
Realizável a longo prazo					Obrigações Fiscais	34.214		34.214	
Despesas de arrendamento pagas	Po dividence I				Contas a pagar à empresas ligadas (nota 10)	55.509	30.096	55.114	30.096
antecipadamente (nota 11)	30.414	32.239	30.414	32.239	Provisões Operacionais	12.683	12.683	12.683	12.683
Depósitos judiciais (nota 6)	66.361	65.097	66.361	65.097	Provisão para contingências (nota 6)	106.979	146.964	106.979	146.964
Tributos a recuperar (nota 5) Contas a receber de empresas	7.132	9.757	7.132	9.757	Receitas Diferidas (nota 12)	5.548		5.548	
ligadas (nota 10)	4.437	394	4.042			2.004.774	1.979.584	2.004.379	1.979.584
Contas a receber da RFFSA	9.370	9.370	9.370	9.370	Resultados de exercícios futuros (Nota 12)		5.865		5.865
					Patrimônio líquido (passivo a descoberto)				
	117.714	116.857	117.319	116.463	Capital social (nota 13)	1.130.199	1.130.199	1.130.199	1.130.199
Permanente					Prejuízos acumulados (nota 13)	(1.201.291)	(1.258.305)	(1.201.291)	(1.258.305)
Imobilizado (nota 9)	1.636.634	1.566.206	1.636.634	1.566.206		(income of)	11.200.0007	11120112017	
Intangivel (nota 9)	41.116		41.116			(71.092)	(128.106)	(71.092)	(128.106)
	1.677.750	1.566.206	1.677.750	1.566.206					
	1.795.464	1.683.063	1.795.069	1.682.669					
Total do ativo	2.084.365	1.994.541	2.083.970	1.994.147	Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	2.084.365	1.994.541	2.083.970	1.994.147

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto lucro por ação

		Controladora	(Consolidado
	2008	2007	2008	2007
Receita bruta de serviços	908.180	937.373	908.180	937.373
Impostos sobre serviços	(158.526)	(163.028)	(158.526)	(163.028)
Receita líquida de serviços	749.654	774.345	749.654	774.345
Custo operacional	(474.783)	(474.465)	(474.783)	(474.465)
Depreciação e amortização	(79.703)	(78.382)	(79.703)	(78.382)
Despesas de arrendamento e concessão	(127.878)	(114.368)	(127.878)	(114.368)
Custo dos serviços prestados	(682.364)	(667.215)	(682.364)	(667.215)
Lucro bruto	67.290	107.130	67.290	107.130
Receitas (despesas) operacionais				
Com vendas Gerais e administrativas	(6.425)	(5.334)	(6.425)	(5.334)
	(21.818)	(27.709)	(21.818)	(27.709)
Depreciação e amortização Provisão para perdas, principalmente contingências e estoques	(6.547) 10.575	(5.467)	(6.547) 10.575	(20.213)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	13.138	10.929	13.138	10.929
, aparama, inquisite	(11.077)	(47.794)	(11.077)	(47.794)
Lucro operacional antes das participações				
societárias e do resultado financeiro	56.213	59.336	56.213	59.336
Resultado financeiro				
Despesas financeiras	(5.949)	(26.740)	(5.949)	(26.740)
Receitas financeiras	16.049	11.102	16.049	11.102
Receitas (despesas) com variação cambial	(6.844)	150	(6.844)	150
	3.256	(15.488)	3.256	(15.488)
Lucro antes do Imposto de Renda e da				
Contribuição Social s/Lucro Líquido	59.469	43.848	59.469	43.848
Imposto de Renda e Contribuição Social s/Lucro Líquido (nota 7 (b))	(2.455)	(20.462)	(2.455)	(20.462)
Lucro líquido do exercício	57.014	23.386	57.014	23.386
Lucro líquido por lote de milhão de ações do capital social				
cao o inquido por rote de militado de ações do capital social				

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) Em milhares de reais

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2006	1.130.199	(1.281.691)	(151.492)
Lucro líquido do exercício		23.386	23.386
Em 31 de dezembro de 2007	1.130.199	(1.258.305)	(128.106)
Lucro líquido do exercício		57.014	57.014
Em 31 de dezembro de 2008	1.130.199	(1.201.291)	(71.092)

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

		ontroladora		onsolidado
	2008	2007	2008	2007
Fluxos de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício Ajustes:	57.014	23.386	57.014	23.386
Depreciação, exaustão e amortização	86.250	83.849	86.250	83.849
Provisão (reversão) para perdas e contingências	(2.384)	23.692	(2.384)	23.692
Receitas (despesas) com variação monetária/cambial	(177)	(150)	(177)	(150)
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	1.825	1.825	1.825	1.825
Perdas na alienação de bens do imobilizado	7.109	5.282	7.109	5.282
Receitas diferidas / resultado de exercícios futuros	(317)	(317)	(317)	(317)
	149.320	137.567	149.320	137.567
Redução (aumento) nos ativos:				
Contas a receber - Empresas ligadas	(10.247)	4.380	(10.247)	4.380
Contas a receber - Terceiros	4.339	(5.128)	4.339	(5.128)
Estoques	7.917	14.007	7.917	14,007
Tributos a recuperar	7.607	30.912	7.607	30.912
Outras despesas antecipadas	(3.296)	2.052	(3.296)	2.052
Depósitos judiciais e garantias	(1.264)	(16.807)	(1.264)	(16.807)
Outros	1.260	(2.152)	1.260	(2.152)
	6.316	27.264	6.316	27.264
Aumento (redução) nos passivos:				
Fornecedores - Empresas ligadas	17.293	(5.406)	17.293	(5.406)
Fornecedores - Terceiros	(7.554)	(18.311)	(7.554)	(18.311)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(862)	(6.094)	(862)	(6.094)
Salários e obrigações sociais	(4.205)	4.492	(4.205)	4.492
Provisões Operacionais	(3.141)	23.623	(3.141)	23.623
Arrendamento e concessões a pagar	3.949	1.096	3.949	1.096
Outros	(4.480)	(6.174)	(4.480)	(6.174)
Barrer Karling and the death of	1.000	(6.774)	1.000	(6.774)
Recursos líquidos proveniente das atividades operacionais	156.636	158.057	156.636	158.057
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Compra de ativo imobilizado e intangível	(170.215)	(104.215)	(170.215)	(104.215)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de	77.00			
investimento	(170.215)	(104.215)	(170.215)	(104.215)
Aumento (redução) liquido no caixa e equivalentes	****			
de caixa	(13.579)	53.842	(13.579)	53.842
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	111.853	58.011	111.853	58.011
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	98.274	111.853	98.274	111.853

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	(Controladora		Consolidado
	2008	2007	2008	2007
Receitas				
Vendas Brutas de serviços	908.180	937.373	908.180	937.373
Outras Receitas	54.656	37.452	54.656	37.452
Provisão para créditos de liquidação duvidosa -				
reversão (constituição)	(1.678)	(2.095)	(1.678)	(2.095)
-	961.158	972.730	961.158	972.730
Menos: Insumos adquiridos de terceiros				
Custos Produtos, Mercadorias e Serviços				
Vendidos	(165.870)	(144.826)	(165.870)	(144.826)
Materiais-Energia-Serviços de terceiros-Outros	(447.132)	(450.179)	(447.132)	(450.179)
Provisão para perdas, principalmente	(111.102)	(100.110)	()	(1.00.110)
Contingências e estoques	10.575	(20.213)	10.575	(20.213)
Outros	(18.726)	(17.519)	(18.726)	(17.519)
-	(1000)	(1112)	22222222	
	(621.153)	(632.737)	(621.153)	(632.737)
Valor Adicionado bruto	340.005	339.993	340.005	339.993
Depreciação, amortização e exaustão	(86.250)	(80.767)	(86.250)	(80.767)
Valor Adicionado líquido produzido pela entidade	253.755	259.226	253.755	259.226
Valor Adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	16.049	11.252	16.049	11.252
	16.049	11.252	16.049	11.252
Valor adicionado total a distribuir	269.804	270.478	269.804	270.478
valor adicionado total a distribuir	209.004	210.410	209.004	210.410
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração Direta	75.320	84.349	75.320	84.349
Benefícios	23.150	21.479	23.150	21.479
F.G.T.S.	7.794	7.986	7.794	7.986
Outros Gastos com pessoal	1.418	973	1.418	973
Impostos, Taxas e Contribuições				
Federais	65.082	78.361	65.082	78.361
Estaduais	27.224	27.193	27.224	27.193
Municipais	10	11	10	11
Remuneração de Capitais de Terceiros				
Juros	12.792	26.740	12.792	26,740
Aluguéis		2011 10	1411.04	20.740
Lucros Retidos	57.014	23.376	57.014	23.386

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (doravante denominada "FCA", "Companhia" ou "Ferrovia Centro-Atlântica") com sede na cidade de Belo Horizonte, tem por objeto social principal a prestação de serviços de transporte ferroviário, a exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem, transbordo e atuação como operador portuário.

De acordo com o contrato celebrado com a União, através do Ministério dos Transportes, em 28 de agosto de 1996 a FCA obteve a concessão, até agosto de 2026, podendo ser renovada por mais 30 anos, para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Centro-Leste, conforme processo de privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA (doravante "RFFSA"), determinado pelo Edital nº A-3, de 28 de março de 1996, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para atender ao Programa Nacional de Desestatização.

Concomitantemente, a Companhia celebrou, em 28 de agosto de 1996, contrato com a RFFSA para arrendamento, até agosto de 2026, renovável por mais 30 anos, dos bens operacionais vinculados à prestação do serviço de transporte de cargas da Malha Centro-Leste.

As linhas da Malha Centro-Leste abrangem os estados de Sergipe, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, além do Distrito Federal, totalizando 7.840 quilômetros. A FCA interliga-se às principais ferrovias brasileiras e importantes portos marítimos e fluviais, com acesso direto aos portos de Salvador (BA), Aratu (BA), Vitória (ES) e Angra dos Reis (RJ), além de Pirapora (MG) e Juazeiro (BA), no Rio São Francisco.

Adicionalmente, em 28 de junho de 2005, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT (doravante denominada "ANTT") autorizou a cisão parcial de ativos da concessão e arrendamento da Ferrovias Bandeirantes S.A. – Ferroban (doravante denominada "Ferroban"), que compreende a operação do trecho ferroviário entre os municípios de Araguari/MG e Boa Vista Nova/SP, denominado Malha Paulista. No exercício de 2005, a Companhia incorporou ao ativo imobilizado os bens relacionados ao referido trecho, bem como o montante pago à Ferroban relativo ao direito de exploração da Malha Paulista, conforme descrito na nota explicativa 9 (a). A Companhia vinha operando este trecho desde 2002, através de acordo operacional com a Ferroban.

Também em 28 de junho de 2005, a ANTT, através da Resolução nº 1007, publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2005, aprovou o Termo de Distrato dos Acordos de Acionistas I e II da Companhia, conforme inciso VIII da Cláusula 9.1 do Contrato de Concessão, reconhecendo a Mineração Tacumã Ltda. – controlada da Companhia Vale do Rio Doce (VALE) - como a única controladora da FCA.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia apresentava prejuízos acumulados no montante de R\$ 1.201.291, em decorrência dos prejuízos nas suas operações até 31 de dezembro de 2006, que vinham sendo financiados substancialmente por seus acionistas. A Administração vem implementando ações visando a melhoria da margem operacional, compreendendo reduções de custos e melhoria de sua eficiência operacional (inclusive através de investimentos em ativo fixo). Nos exercícios de 2007 e 2008 a Companhia já apresentou lucro em suas operações e a administração entende que, com base nas suas estimativas e projeções, essas medidas deverão permitir a manutenção de resultados positivos nas operações futuras, revertendo o seu histórico de prejuízos.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras e critérios de consolidação

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de janeiro de 2009.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários-CVM.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para devedores duvidosos, provisão para perda de estoques, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da FCA e da controlada SL Serviços Logísticos Ltda.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas das empresas incluídas na consolidação, segundo a natureza de cada saldo, complementado pelas seguintes eliminações:

- Das participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as empresas.
- Dos saldos de contas correntes e outros integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 Em milhares de reals, exceto quando indicado de outra forma

Alteração na lei das Sociedades por Ações

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei no. 11.638, alterada pela Medida Provisória - MP no. 449, de 4 de dezembro de 2008, que modificaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Essa Lei e MP tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade, que são emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". A aplicação da referida Lei e MP é obrigatória para demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2008.

As mudanças na Lei das Sociedades por Ações não trouxeram impactos significativos para a Companhia. As principais alterações referem-se à:

- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa. Inclusão da Demonstração do Valor Adicionado como parte do conjunto das demonstrações financeiras.
- Transferência do Imobilizado para o subgrupo Intangível da mais valia paga pela Companhia para operar o trecho denominado Malha Paulista (Nota 9 (b)).
- Eliminação do grupo Resultados de Exercícios Futuros, sendo o saldo transferido para a rubrica Receitas diferidas no passivo não circulante.

Conforme previsto no pronunciamento CPC 13 - Adoção inicial de Lei 11.638/07 e da MP 449/08, a administração da Companhia decidiu apresentar, para fins de comparação, as demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado do exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

2.2 Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor

(b) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment).

(c) Contas a receber

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor justo, ajustado ao valor presente quando considerado relevante, e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, não houve ajuste a valor presente das transações de vendas, por serem irrelevantes.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel.

(e) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(f) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação de máquinas, equipamentos, móveis e utensílios é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens. A amortização das benfeitorias em instalações da via permanente arrendadas está limitada ao período de vigência do contrato de arrendamento. As taxas anuais de depreciação e amortização estão apresentadas na nota 9.

(g) Intangível

Está representado pela mais valia paga pela FCA para operar o trecho denominado Malha Paulista, sendo amortizado usando-se o método linear pelo período restante da concessão, até agosto de 2026 (Nota 9 (b)).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

(i) Concessões e arrendamentos

Considerando que ainda não foi aprovado um pronunciamento contábil específico para o tema das concessões e que este tema está incluído na agenda de regulação de 2009 da CVM, em conjunto com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), a Companhia decidiu por manter a prática contábil que vinha adotando em exercícios anteriores.

Dessa forma, as concessões e os arrendamentos a pagar são apropriados mensalmente ao resultado com base no montante incorrido das parcelas a serem pagas trimestralmente, corrigidas pela variação anual do IGP-DI, ou seja, entre a data da liquidação do leilão e do último aniversário.

(j) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

(k) Obrigações de pensão

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento aproximam-se dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para os planos de contribuição definida, a empresa paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a empresa não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

(I) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da venda de serviços e é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados, na medida em que todos os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente.

A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Companhia.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora e co	onsolidado
	2008	2007
Caixa e Bancos	9.230	8.437
Aplicações Financeiras	89.044	103.416
	98.274	111.853

As aplicações financeiras estão assim demonstradas:

- a) R\$ 63.964 (31 de dezembro de 2007 R\$ 103.416) referem-se às disponibilidades mantidas na Companhia Vale do Rio Doce (VALE) para atender ao sistema de caixa único centralizado adotado no Grupo. Esse saldo demonstra o valor aplicado acrescido de rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras.
- b) R\$ 25.080 (31 de dezembro de 2007 R\$ 0) referem-se a aplicações em certificados de depósitos bancários de curto prazo e estão acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras.

Tributos a recuperar não circulante ICMS a recuperar sobre ativo fixo

Tributos a recuperar não circulante

PIS e COFINS a compensar

Tributos a recuperar circulante

1

Fetogues

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4	Estoques	Controladora e o	onsolidado
		2008	2007
	Almoxarifado de Tubarão – ES	6.458	19.342
	Almoxarifado de Divinópolis - MG	33.678	35.320
	Almoxarifado de Alagoinhas - BA	8.981	10.527
	Almoxarifado de Uberaba – MG	10.162	10.702
	Almoxarifado de Paulinea – SP	4.267	
	Almoxarifado de Araguari – MG	2.301	1.591
	Almoxarifado de Campos – RJ		101
	Almoxarifado de Lavras – MG	2.350	2.879
	Almoxarifado de Montes Claros - MG	1.801	1.722
	Almoxarifado de Ribeirão Preto – SP	0.055	541
	Outros almoxarifados	6.355	10.713
	Provisão para perdas em itens de estoque	(3.040)	(12.208)
		73.313	81.230
5	Tributos a recuperar	Controladora e	aons alidado
	I - The top years 2000 a Committee of promise a street	2008	2007
	10110		
	ICMS a recuperar	7.251	5.431
	ICMS a recuperar sobre ativo fixo	3.060	15.216
	Imposto de renda retido na fonte	1.751	637
	Imposto de renda e contribuição social a compensar	5.519	1.983
	PIS e COFINS a compensar	11.650	13.558
	INSS a recuperar	6	19
	Tributos a recuperar – total	29.237	36.844

1.249

5.883

7.132

22.105

4.154

5.603

9.757

27.087

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Depósitos judiciais e provisões para contingências

			Controlado	ra e consolidado
		2008		2007
	Depósitos judiciais	Provisões para contingências	Depósitos judiciais	Provisões para contingências
Tributárias				37.601
Trabalhistas	59.592	70.263	54.213	68.478
Cíveis	13	31.078	4.128	32.047
SESI	6.756		6.756	
Ambientais		5.638		8.838
	66.361	106.979	65.097	146.964

De acordo com o Edital de Privatização, a RFFSA continuará como única responsável por todos os seus passivos, a qualquer título e de qualquer natureza jurídica, obrigando-se a indenizar à Companhia os valores que esta venha a pagar decorrentes de atos e fatos ocorridos antes da assinatura do contrato de concessão, em 28 de agosto de 1996, mesmo quando reclamados ou objeto de decisão judicial posterior.

(a) Tributárias

Em 31 de março de 2008 a Companhia reverteu a provisão constituída em 31 de dezembro de 2007 referente ao auto de infração lavrado pela Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais, em decorrência do aproveitamento de créditos de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), principalmente nas aquisições de insumos e de ativo imobilizado. Beneficiando-se do Artigo 6 da Lei nº. 17.247/07, que autorizou o Estado de Minas Gerais a adotar o programa de parcelamento de débitos fiscais relacionados com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICM - e o ICMS, suas multas e demais acréscimos legais, vencidos até 31 de outubro de 2007, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive ajuizados, nos termos dos Convênios ICMS nºs 51, de 18 de abril de 2007, e 107, de 10 de setembro de 2007, celebrados no Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz e o Estado de Minas Gerais que aprovou a Lei nº. 17.247/07, regulamentada pelo Decreto 44.695/07, alterado pelo Decreto 44.704/08, concedendo descontos para pagamento de débitos relativos ao ICMS vencidos até 31 de outubro de 2007, autuados ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizada ou não a sua cobrança, a Companhia optou pelo parcelamento do débito em 120 parcelas atualizadas monetariamente pela SELIC, sendo que 12 parcelas são contabilizadas no passivo circulante na rubrica "Impostos, Taxas e contribuições" e o restante no exigível a longo prazo na rubrica "Obrigações Fiscais".

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Trabalhistas

A Companhia está sendo acionada em reclamações trabalhistas cujas pretensões são total ou parcialmente de responsabilidade da RFFSA, de acordo com os termos do contrato celebrado com a União, através do Ministério dos Transportes.

Em 31 de dezembro de 2008, as contingências trabalhistas com expectativa de perda provável, de acordo com nossos consultores jurídicos, totalizam aproximadamente R\$ 145.000 (31 de dezembro de 2007 – aproximadamente R\$ 149.000). Desse montante, R\$ 74.715 (31 de dezembro de 2007 - R\$ 80.594) referem-se a contingências de responsabilidade da RFFSA, sendo o montante de R\$ 70.263 (31 de dezembro de 2007 – R\$ 68.478) de responsabilidade da FCA de acordo com os termos do Contrato celebrado com a União, através do Ministério dos Transportes, e com o Edital de Desestatização.

O valor a receber da RFFSA no montante de R\$ 9.370, em 31 de dezembro de 2008, classificado na rubrica "Contas a Receber da RFFSA" no ativo realizável a longo prazo, refere-se aos valores desembolsados pela Companhia relacionadas a indenizações de responsabilidade da RFFSA.

(c) Cíveis

A Companhia é parte em processos e demandas cíveis que envolvem responsabilidade contingente num total aproximado de R\$ 28.000 (31 de dezembro de 2007 - R\$ 30.000).

A Companhia provisionou o valor de R\$ 3.273 referente a multa administrativa aplicada pela ANTT através dos autos de infração lavrados em 26 de maio de 2003, referentes a não-conformidades encontradas no trecho compreendido entre Engenheiro Lafaiete Bandeira e Barão de Camargos (Linha Mineira).

Com base na análise individual de tais processos, e tendo como suporte a opinião dos nossos consultores jurídicos, a administração constituiu provisão da totalidade dos valores contingentes com expectativa de perda provável.

(d) SESI

O valor depositado em juízo está relacionado ao auto de infração sobre as contribuições não recolhidas a esse órgão. Baseada no parecer de seus consultores jurídicos, que avaliaram como remota a possibilidade de perda, a Companhia reverteu a provisão no montante de R\$ 5.889 no segundo trimestre de 2006.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Ambientais

Baseado no entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia provisionou R\$ 5.638 (31 de dezembro de 2007 - R\$ 8.838), referentes a processos com expectativa de perda provável, em caso de não haver a celebração de acordo com os órgãos responsáveis pelas autuações. Caso haja celebração de Termo de Compromisso/Ajustamento de Conduta, e os projetos constantes destes Termos sejam integralmente executados, as multas a serem pagas poderão ser reduzidas em 50% a 90% dos valores originais, dependendo do órgão ambiental autuante (municipal, estadual e federal).

(f) Contingências possíveis não provisionadas

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes no montante aproximado de R\$ 539.000 (31 de dezembro de 2007 - R\$ 357.000), referente a causas de natureza trabalhista, ambiental e cível, para os quais, com base no prognóstico de possibilidades de êxito de nossos consultores jurídicos, não foram constituídas provisões. O referido montante poderá ser reduzido, quando aplicável, em função da responsabilidade total ou parcial da RFFSA.

A seguir apresentamos a composição destas contingências por natureza:

	2008	2007
Trabalhistas	89.000	70.000
Cíveis	313.000	258.000
Tributárias	92.000	25.000
Ambientais	45.000	4.000
	539.000	357.000

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	Controladora e o	onsolidado
	2008	2007
Imposto de renda diferido		
Provisão para devedores duvidosos	2.200	1.781
Provisão para perda de estoques	760	3.052
Provisão para contingências	26.745	36.741
Outras provisões	8.776	8.899
Prejuízo fiscal	268.766	269.564
	307.247	320.037
Contribuição social diferida		
Provisão para devedores duvidosos	792	641
Provisão para perda de estoques	274	1.099
Provisão para contingências	9.628	13.227
Outras provisões	3.159	3.204
Base negativa	97.032	97.342
	110.885	115.513
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	418.132	435.550
Provisão para realização dos impostos diferidos	(418.132)	(435.550)
Prejuízo Fiscal para Imposto de Renda	1.074.959	1.078.257
Base Negativa da Contribuição Social	1.078.039	1.081.583
Daso Hogalita da Collubulção Social	1.070.039	1.001.503

Em atendimento à Instrução CVM nº 371/2002, a Companhia constituiu provisão sobre a totalidade dos créditos fiscais decorrentes de imposto de renda e contribuição social diferidos, principalmente em função da FCA ainda não apresentar um histórico de lucros tributáveis.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reconciliação das despesas do imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição que afetaram o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 são demonstrados como segue:

		Contro	oladora e Con	Isolidado
		2008		2007
- Control of the Cont	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes da tributação / participações	59.470	59.470	43.848	43.848
Adições (exclusões) permanentes:				
Multas não dedutíveis	(831)		2.207	
Despesas não dedutíveis	324	312	2.663	2.663
Adições (exclusões) temporárias:				
Constituição (reversão) de provisão para contingências, liquida	(39.984)	(39.984)	23.692	23.692
Constituição de provisão para perdas com ICMS, líquida	2.229	2.229	1.586	1.586
Constituição (reversão) de provisão para perdas de matérias, liquida	(9.168)	(9.168)	(10.047)	(10.047)
Constituição (reversão) de outras provisões, liquida	(3.141)	(3.141)	20.746	20.746
Constituição (reversão) de perdas de créditos, liquida	1.677	1.677	2.094	2.095
Compensação de prejuízos fiscais (30%)	(3.173)	(3.418)	(25.983)	(25.375)
Base de cálculo	7.403	7.977	60.806	59.208
Imposto de Renda e Contribuição Social - (alíquotas efetivas)	1.827	718	15.133	5.329
Incentivos Fiscais	(90)			<u> </u>
Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado do exercício	1.737	718	15.133	5.329

(c) Regime Tributário de Transição

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do exercício de 2008, as companhias poderão optar pelo Regime Tributário de Transição - RTT, que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei 11.638/07 e da MP 449/08,

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

por meio de registros no livro de apuração do lucro real - LALUR ou de controles auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil. A opção por este regime se dará quando da entrega da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - DIPJ do ano-calendário 2008.

As demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2008 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da administração que, neste momento, indicam a não opção pelo RTT.

8 Investimentos

SL Serviços Logísticos Ltda. - A controlada está com as operações paralisadas. Em 31 de dezembro de 2006 o cálculo da equivalência patrimonial foi efetuado até o limite do saldo do investimento sendo constituída provisão para perda sobre o passivo a descoberto da controlada, no montante de R\$ 394, registrado na rubrica Provisões Operacionais no Passivo Circulante.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Permanente

(a) Imobilizado

31/12/2007	31/12/2008				
Liquide	Liquido	Depreciação amortização	Custo histórico	Taxas médias anuais de depreciação e amortização	
					Bens em operação
1.786	1.726	(262)	1.988	2,6%	Imóveis
1.46	2.782	(1.047)	3.829	5,55%	Instalações auxiliares/sistemas operacionais
12.67	11,489	(7.558)	19.047	10,4%	Equipamentos autônomos
1.780	584	(5.621)	6.205	28,64%	Veiculas
4.119	3.716	(3.744)	7.460	10%	Bens administrativos/auxiliares
12.26	3.843	(9.293)	13.136	20%	Equipamentos e aplicativos de informática
393.25	433.737	(97.150)	530.887	5,62%	Ferrovia
38.37				6,64%	Direito de concessão
	3		3	10%	Outros ativos
465.72	457.880	(124.675)	582.555		
					Benfeitorias em propriedades arrendadas (i)
57.81	61.565	(7.965)	69.530	2,6%	Imóveis
5.13	6.523	(1.456)	7.979	5,55%	Instalações auxiliares/sistemas operacionais
3.84	3.342	(3.754)	7.096	10,44%	Equipamentos autônomos
		(19)	19	28,64%	Veiculos
1	. 8	(15)	23	10%	Bens administrativos/auxiliares
844.10	907.537	(336.324)	1.243.861	5,62%	Ferrovia
910.90	978.975	(349,533)	1.328.508		
1.14	1.142		1.142		Terrenos
1.60	1.660		1.660		Adlantamentos a fornecedores de imobilizado
186.82	201.887		201.887		Imobilizado em curso
	(4.910)		(4.910)		Provisão para baixa de ativo
189.57	199.779		199.779		

 O prazo de amortização das benfeitorias em instalações da via permanente arrendada está limitado ao período de vigência do contrato de arrendamento.

As benfeitorias em propriedades arrendadas estão vinculadas ao contrato de arrendamento com a RFFSA.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) A Companhia nomeou bens em penhora como garantia do juízo, em atendimento às execuções judiciais procedentes de processos judiciais e administrativos, no montante de aproximadamente R\$ 62.300 em 31 de dezembro de 2008 (31 de dezembro de 2007 aproximadamente R\$ 56.800).
- (iii) A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 está sumarizada da seguinte forma:

	Controladora e consolidado		
	Custo histórico	Depreciação/ amortização	Líquido
Em 31 de dezembro de 2007	1.975.547	(409.341)	1.566.206
Adições	204.887	(82.730)	122.157
Baixas	(8.255)	1.148	(7.107)
Transferência para intangível	(61.337)	16.715	(44.622)
Em 31 de dezembro de 2008	2.110.842	(474.208)	1.636.634

Destas adições, aproximadamente R\$ 34.700 (31 de dezembro de 2007 – aproximadamente R\$ 40.130) referem-se a aquisições à prazo de bens da controladora indireta Cia. Vale do Rio Doce – VALE.

(b) Intangível		Controladora e consolidado			
		Direitos de concessão	Softwares adquiridos	Total	
	Movimentação				
	Reclassificação do imobilizado	38.379	6.243	44.622	
	Adições Amortização	(2.047)	15 (1.474)	15 (3.521)	
	Saldo em 31 de dezembro de 2008	36.332	4.784	41.116	
	Composição dos saldos				
	Custo Amortização acumulada	43.169 (6.837)	18.183 (13.399)	61.352 (20.236)	
	Valor residual	36.332	4.784	41.116	
	Taxas anuais de amortização - %	4,7%	20%		

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No trimestre findo em 30 de setembro de 2005, com a autorização da ANTT para a cisão parcial de ativos da concessão e arrendamento da Ferroban, a Companhia reclassificou do ativo circulante e do realizável a longo prazo para o ativo imobilizado o montante de R\$ 72.939, anteriormente denominado adiantamento para aquisição de direito de operação. Deste montante, R\$ 29.770 foram segregados em contas do ativo imobilizado em operação, que são atribuíveis aos bens relacionados ao trecho transferido, e R\$ 43.169 foram classificados como Direitos de Concessão, por se referir à mais valia paga pela Companhia para operar o trecho denominado Malha Paulista.

No exercício de 2008, como parte das alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 (nota 2.1), a Companhia reclassificou os direitos de concessão da Malha Paulista do imobilizado para o intangível.

10 Transações com partes relacionadas (Controladora)

								2008
			Ativo			Passivo		Resultado
		Circulante	Não Circulante	Circulante		Não Circulante		
	Disponibilidades	Créditos com pessoas ligadas	Créditos com pessoas ligadas	Dividas com pessoas ligadas	Dividas com pessoas ligadas	Adiantamento para futuro aumento de capital	Receita bruta de vendas e/ou serviços	Financeiro
Cia Coreano Brasileria de Pelotização - KOBRASCO		4					1.069	
Cia Hispano Brasileira de Pelotização - HISPANOBRA	S	556					1.272	
Cia Italo Brasileira de Pelotização - ITABRASCO		1.511					2.212	
Cia Nipo Brasileira de Pelotização - NIBRASCO		81					1.740	
Cia Vale do Rio Doce - VALE	63.964	10.321	4.043	38.532	55.509		173.181	8.764
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD		12					289	
Mineração Tacumã Ltda.						1.789.841		
Mineração Andirá Ltda		3					3	
Minerações Brasileiras Reunidas S/A - MBR		37					2	
MRS Logistica S/A							4.561	
SL Serviços Logísticos S/A			394					
Log-in Logistica Intermodal S.A.		7.774		2.500			28.076	
Rio Doce Manganês - RDM		1.852					8.924	14
Samarco Mineração S/A							32	
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A - USIMINAS		2.389					4.105	
Total	63.964	24.540	4.437	41.032	55.509	1,789,841	225.466	8.778

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

								2007
			Ativo			Passivo		Resultado
		Circulante	Não Circulante	Circulante		Não Circulante		
	Disponibilidades	Créditos com pessoas ligadas	Créditos com pessoas ligadas	Dividas com pessoas ligadas	Dividas com pessoas ligadas	Adiantamento para futuro aumento de capital	Receita bruta de vendas e/ou serviços	Financeiro
Cia Coreano Brasileria de Pelotização - Kobrasco		1,138	5. T. T. T. S. T. S.				2.562	
Cia Hispano Brasileira de Pelotização - Hispanobras		2.003					2.221	
Cia Italo Brasileira de Pelotização - Itabrasco		1.071					1.898	
Cia Nipo Brasileira de Pelotização - Nibrasco		1.168					4.577	
Cia Vale do Rio Doce - CVRD	103.416	13.057		14.425	30.096		138.187	6.740
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD		129					129	
Instituto Ambiental Vale do Rio Doce -IAVD				39				
Mineração Tacumã Ltda.						1.789.841		
MRS Logistica S/A		57					4.558	
SL Serviços Logísticos S/A			394					
Log-In Logistica Intermedal S.A.		35					27	
Rio Doce Manganês - RDM		567					2.379	
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A - Usiminas		35					. 27	
Total	103.416	19.260	394	14.464	30.096	1.789.841	156.565	6.740

As principais transações com partes relacionadas estão demonstradas no quadro resumo acima.

As transações entre partes relacionadas foram pactuadas em condições normais de mercado para operações semelhantes.

As disponibilidades representam os valores que a FCA tem de crédito em função do sistema de caixa único centralizado adotado no Grupo.

Os créditos com pessoas ligadas no circulante e não circulante representa os valores que a FCA tem a receber pela venda de seus serviços, materiais de estoque e/ou itens do imobilizado disponibilizados para venda, apurados até o encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2008.

As dívidas com pessoas ligadas no circulante e não circulante representa os valores que a FCA tem a pagar pela compra de serviços, materiais e/ou itens para o ativo imobilizado apurados até encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2008.

A receita bruta de vendas e/ou serviços representa o valor dos serviços prestados pela FCA e das vendas de materiais de estoque e/ou itens do permanente imobilizado disponibilizados para vendas, apurados no exercício social de 2008.

A remuneração dos administradores da Companhia é paga integralmente pela Controladora, sem o respectivo reembolso.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Arrendamentos e concessões a pagar

Controladora e consolidado		
2008	2007	
27.010	23.860	
1.831	1.255	
28.841	25.115	
2 179	1.967	
115	104	
2.294	2.071	
31.135	27.186	
	27.010 1.831 28.841 2.179 115	

(a) Arrendamento dos bens - Malha Centro-Leste

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a Rede Ferroviária Federal - RFFSA, no montante de R\$ 292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente e foram registrados na rubrica "Arrendamento e concessão pagos antecipadamente", no ativo circulante e não circulante (realizável a longo prazo), e estão sendo apropriados ao resultado de forma linear pelo prazo de arrendamento. O saldo restante de R\$ 240.844 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 8.935 corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de dezembro de 2008, foram pagas 43 (quarenta e três) parcelas, sendo a 43ª parcela paga no valor de R\$ 27.282.

O arrendamento a pagar é apropriado mensalmente ao resultado com base no montante incorrido das parcelas a serem pagas trimestralmente, corrigidas pela variação anual do IGP-DI, ou seja, entre a data da liquidação do leilão (20 de junho de 1996) e do último aniversário.

(b) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996, no montante de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 12.676 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 470, corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de dezembro de 2008, foram pagas 43 (quarenta e três) parcelas, sendo a 43ª parcela paga no valor de R\$ 1.436.

A concessão a pagar é apropriada mensalmente ao resultado com base no montante incorrido das parcelas a serem pagas trimestralmente, corrigidas pela variação anual do IGP-DI, ou seja, entre a data da liquidação do leilão (20 de junho de 1996) e do último aniversário.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Malha Paulista

O arrendamento e a concessão foram adquiridos pela FERROBAN. Contudo, a FCA participa em 35,595% dessa obrigação, levando-se em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista Nova/SP.

Até 31 de dezembro de 2008, foram pagas 35 (trinta e cinco) parcelas do arrendamento e da concessão, sendo a 35ª parcela paga no valor de R\$ 6.538 do arrendamento e R\$ 344 da concessão.

12 Receitas Diferidas

Referem-se à receita antecipada de aluguel da malha ferroviária da Companhia para passagem de fibra ótica de empresa de telecomunicação que está sendo apropriada mensalmente ao resultado pelo período total do contrato firmado com o cliente.

Esta receita era apresentada com a rubrica de Resultado de Exercício Futuro – REF, tendo sido reclassificada para o Passivo Não Circulante conforme grupo de contas incluído pela Medida Provisória MP 449/08 que alterou a redação da Lei 11.638/07.

13 Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 o capital social está representado por 100.323.961.507.000 ações ordinárias e 66.665.012 ações preferenciais, todas nominativas. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 1.600.000, mediante a emissão de ações ordinárias ou preferenciais, bem como de debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição.

É facultado à Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, optar pelo regime escritural para a emissão, registro de propriedade e transferência de uma ou mais classes de ações. Neste caso, a contratação da escrituração e a guarda dos livros de registro e transferência de ações e a emissão de certificados só poderão ser efetuados com instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a manter esse serviço. A instituição financeira depositária das ações ficará autorizada a cobrar do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, observados os limites legais.

A Companhia, por deliberação da Assembléia Geral, poderá criar outras classes de ações, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais.

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Previdência Complementar

Conforme previsto no Edital de Privatização, uma das obrigações da Companhia era implantar um plano de previdência privada em substituição ao plano da REFER.

A partir de outubro de 2000, foi implantado na Companhia o plano da VALIA - Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social, entidade jurídica de fins não-lucrativos, instituída em 1973, tendo por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da VALE e suas controladas e coligadas que participam ou venham a participar do plano.

A Companhia, sua controladora e diversas empresas do Grupo Vale são patrocinadoras da VALIA.

O seguinte plano de benefício é patrocinado pela FCA:

(a) Plano de Benefício - FCA

Consiste em um plano misto de benefícios e foi elaborado tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da Previdência Complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o Benefício Diferido por Desligamento ("Vesting"), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem prevista pelo plano é que este permite, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos. Este plano foi implementado em outubro de 2000 e para ele migraram quase todos os empregados então ativos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2008, 2.816 empregados e vinculados contribuintes haviam aderido ao plano (31 de dezembro de 2007 – 2.548).

As contribuições da Companhia para o Plano de Benefícios FCA são como segue:

- Contribuição ordinária Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição extraordinária Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição Especial Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O resultado da avaliação atuarial para 31 de dezembro de 2008 e de 2007 está assim apresentado:

	Controladora e Consolidado		
	2008	2007	
Valor presente das obrigações atuariais	(676)	(719)	
Valor justo dos ativos do plano	1.756	834	
Ativo atuarial	1.080	115	

A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

(b) Contribuições da patrocinadora

A Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA. Para a formação de reservas técnicas com base em cálculos efetuados por atuário independente, além da contribuição dos empregados, a Companhia contribuiu com R\$ 897 no exercício findo em 31 de dezembro 2008 (31 de dezembro de 2007 – R\$ 833).

(c) Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As hipóteses atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na avaliação atuarial anual efetuada para 31 de dezembro de 2008 e de 2007, foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais e econômicas:

Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos do plano Índice estimado de aumento nominal dos salários	10,24% a.a. 11,99% a.a. 7,12% até 48 anos 4% a partir
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios Taxa estimada de inflação no longo prazo Tábua biométrica de mortalidade geral Tábua biométrica de entrada em invalidez	de 48 anos 4,0% a.a. 4,0% a.a. AT83 Male 3.0 x Álvaro Vindas e AT83 Male
Taxa de rotatividade esperada	3% até 48 anos e nula a partir de 48 anos

15 Cobertura de Seguros

Em 31 de dezembro de 2008, os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros são:

Modalidade	Cobertura	Valor da cobertura (milhares)
Responsabilidade Civil Geral	Operação Ferroviária	R\$ 25.000
Riscos Operacionais	All Risk	R\$ 150.000
Responsabilidade Civil Geral	Passageiros do trem turístico/MG	US\$ 5.000
Transportes carga de terceiros (por embarque)	All Risk	R\$ 10.000
Transportes de Importações (por embarque)	All Risk	US\$ 15.000
Vida em Grupo	Empregados	Multisalarial
Acidentes Pessoais	Estagiários	R\$ 10

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Instrumentos Financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2008 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização.

A Companhia não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2008 e 2007.

(a) Risco com taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores relacionados às importações de estoque e imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia possuía passivos denominados em dólares norteamericanos no montante de R\$ 2.930 (31 de dezembro de 2007 – R\$ 1.641).

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia constituiu provisão para cobrir eventuais perdas com contas a receber no montante de R\$ 8.801 (31 de dezembro de 2007 - R\$ 7.123).